

cescontexto

"Diferentes formas de dizer não"

Expressões de conflitos ambientais de mineração
e petróleo em Portugal e na América do Sul

Organização

Adriana Bravin
Lúcia Fernandes

Edição

Sara Rocha

Nº 17

Maio, 2017

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Agradecimentos

Queremos prestar os nossos agradecimentos a todos aqueles e aquelas que permitiram a concretização desta publicação e a realização do Seminário e Fórum público “Diferentes formas de dizer não: conflitos da mineração”.

Agradecemos a toda a equipa do Centro de Estudos Sociais, em particular, aos gabinetes de Eventos Comunicação e Imagem (GECI), de Tecnologias de Informação (GTI) e Gabinete Financeiro (GF) pelo apoio fundamental que prestaram.

Ao ENTITLE - Rede Europeia de Investigação de Ecologia Política, pelo apoio financeiro para a realização do evento.

À Stefania Barca e à Oficina de Ecologia e Sociedade, grupo de trabalho informal no CES, um lugar partilhado entre investigadores/as e estudantes do CES e da UC e ativistas ecologistas da região de Coimbra.

À Sofia Bento, do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS, Universidade de Lisboa) e ao Francisco Bernardes, do Centro de Tecnologia Mineral (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasil), investigadores no projeto exploratório Ambiente em Movimento, que tem como um dos enfoques os conflitos da mineração em Portugal.

À Ana Raquel Matos, investigadora do CES, pela coorganização do evento junto com as autoras desta publicação.

À Sara Rocha, mestranda da Universidade de Coimbra, pelo apoio na edição do número, nomeadamente, pelos comentários, por todo o trabalho de revisão dos textos e de formatação do documento e pela colaboração, em parceria, enquanto membro da Associação Coimbra em Transição, na organização de outros eventos no âmbito desta publicação.

À Adelaide Chichorro, professora auxiliar do Grupo de Estudos Germanísticos da Universidade de Coimbra, pelo apoio na revisão inicial de alguns dos textos.

À Julianna Malerba que generosamente “nos emprestou” o título do livro por ela organizado para batizar o evento que resultou na presente publicação. O livro “Diferentes Formas de Dizer Não - Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral”¹ foi publicado pela Organização Não-Governamental FASE, no Brasil, em dezembro de 2014.

Às pessoas que se disponibilizaram a participar com seus testemunhos e comunicações e partilhar as suas experiências e os seus trabalhos de investigação.

Agradecemos a adesão do público em geral ao evento e às iniciativas associadas que originaram esta publicação.

¹ Obra disponível em: <http://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/9420/>

Índice

Adriana Bravin e Lúcia Fernandes

Apresentação..... 5

I - Conflitos ambientais e a voz dos movimentos de luta contra a mineração e o petróleo em Portugal

Lúcia Fernandes

Mapear *diferentes formas de dizer não*: notas sobre a co-construção do conhecimento dos conflitos ambientais em Portugal..... 12

Associação Ambiente em Zonas Uraníferas

A AZU e a recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas em Portugal 25

António Minhoto

O caso das minas da Urgeiriça e a luta dos ex-trabalhadores da ENU 30

José Janela

Contra a exploração do urânio em Nisa: uma luta vitoriosa..... 34

Stephen Hugman, Dieter Malter, Mathilde Mira

Monchique diz não à mineração. “Salve Monchique de mãos gananciosas” 38

José Miguel Oliveira e Fátima Pinhão

A luta contra a ameaça de exploração de caulino em Bonitos (Soure)..... 46

Maria Teresa Aça de Matos

A formação da PALP no contexto da luta contra a exploração de petróleo no Algarve 56

II - Enquadramento e resistências das comunidades na América do Sul

Fabián Cevallos Vivar

Luchas territoriales: ecología política y comunidades en movimiento frente al Estado neo-extractivo..... 66

Rajiv Maher

Mineração no Brasil e no Chile: “responsabilidade social corporativa” ou “diálogo” para silenciar? 76

Adriana Bravin

Onde tem minério, tem água: o desastre tecnológico da Samarco (Brasil) e os conflitos da mineração além dos limites da comunidade 81

Verónica María Yuquilema Yupangui

Construyendo caminos de resistencia, de lucha y de vida: Desde Intag hasta Tundayme 94

O caso das minas da Urgeiriça e a luta dos ex-trabalhadores da ENU

António Minhoto,^{1,2} Associação dos ex-Trabalhadores das Minas de Urânio (ATMU)
antonio.minhoto@gmail.com

Resumo: Do reconhecimento de seus direitos como ex-trabalhadores contaminados pela radiação do urânio ao longo de 38 anos da exploração deste mineral na Urgeiriça à reivindicação do tratamento ambiental das 61 minas fechadas no país, a história desta luta é aqui relatada. Rememora-se a falta de proteção a que foram expostos os profissionais que trabalharam nas minas e em seus arredores, assim como seus familiares, e a luta para que o Estado português reconhecesse sua responsabilidade sobre o caso. Todas as conquistas alcançadas resultam de um trabalho perseverante de 15 anos dos ex-trabalhadores e da população, que têm mobilizado a sua causa de formas diversas e tendo inclusive dado origem à criação de diversas associações de cidadãos.

Palavras-chave: urânio, mineração, trabalhadores, contaminação, Estado português.

As minas de urânio na Urgeiriça: a emergência de uma comunidade doente sem direitos reconhecidos

A história do urânio em Portugal começou em 1907, com a descoberta dos primeiros jazigos na região da Guarda, e a exploração do rádio dá-se em 1908. Em 1913, começou nas minas da Urgeiriça a exploração. No entanto, nesta região, até 1944 a exploração dedicava-se exclusivamente ao rádio, tendo como subproduto o urânio. Em 1951, os Ingleses dão início à exploração de concentrado de óxido de urânio. Em 1962, e após o Estado português ter terminado o acordo com os ingleses, tomou esta a decisão de continuar com a exploração através da JEN (Junta de Energia Nuclear), depois através da ENU (Empresa Nacional de Urânio), criando uma grande exploração industrial mineira que concentrava todo o processo de transformação do mineral.

Na procura de uma vida melhor, deslocaram-se para ali trabalhadores de todo o país, muitos analfabetos, sem qualificações literárias, pois a subsistência a partir da agricultura nas zonas do interior era uma realidade dura. Com a sua fixação na localidade onde estava

¹ Começou a atividade mineira, na década de 1970, nas Minas da Panasqueira e depois, em 1976-1989, nas Minas da Urgeiriça, sendo despedido por motivos políticos. Pertenceu a todos órgãos dos trabalhadores (Comissão de Trabalhadores, Segurança, Casa do Pessoal) da JEN e ENU. Pertenceu a vários movimentos cívicos na defesa da saúde e serviços públicos e várias associações culturais. É fundador da ATMU e AZU, sendo seu presidente atual.

² Um agradecimento especial à Sara Rocha que estruturou a primeira versão do texto a partir da transcrição da intervenção do autor no Seminário e Fórum público “Diferentes formas de dizer não: conflitos mineração”.

sediada a exploração nasce a povoação de Urgeiriça. Por vários motivos como, por exemplo a baixa de cotação e os acidentes de Chernobil, a ENU vem em 2004 encerrar a sua atividade. Esta foi uma época de prosperidade, mas com custos humanos muitos elevados, pois os trabalhadores começavam a sua atividade de madrugada e saíam à noite, num ritmo intenso e sob condições difíceis. Era frequente ocorrerem muitos acidentes de trabalho e surgiram várias doenças associadas ao trabalho na exploração mineira, como a silicose e também vários tipos de cancro, em particular, o pulmonar e das vias respiratórias. Na altura, os médicos associavam estes problemas aos maus hábitos alimentares dos trabalhadores e ao elevado consumo de tabaco, mas nunca às más condições de trabalho nas minas.

No entanto, olhando os registos fotográficos existentes sobre o trabalho quotidiano na mina, vêem-se mineiros a trabalhar de calções, sem qualquer proteção, sem máscaras, sem botas, sem fato adequado, apenas com as suas próprias roupas. A concentração de radiação junto às minas era 15 vezes superior ao que o corpo humano consegue suportar e estes trabalhadores estavam expostos de forma desprotegida todos os dias.

A contaminação ocorreu também, e ainda ocorre, através de outros materiais. Por exemplo, não havendo acesso a estruturas de apoio para troca e lavagem de roupa, os trabalhadores lavavam em casa as suas roupas, expondo as suas famílias à radiação. A madeira que saía do interior das minas era com frequência dada aos trabalhadores para aquecimento das casas, madeira essa contaminada, tal como os agriões que existiam junto às minas e que eram servidos aos mineiros nos refeitórios. De forma a ter mão-de-obra mais barata foram criados bairros sociais sediados ao pé da mina, os quais, assim como o jardim-escola, foram construídos com materiais provenientes do fundo da mina. Por outro lado, uma forma das empresas criarem uma ligação com as comunidades de trabalhadores, era através da criação de várias equipas de futebol de trabalhadores. Apesar da prática de atividade física e do seu porte robusto, mais de metade dos membros de algumas destas equipas já morreu com neoplasias malignas.

A verdade é que dos 500 trabalhadores da mina, cerca de 170 faleceram até 2016. Estas mortes abrangem todas as profissões ligadas à exploração, desde os dirigentes das companhias, aos engenheiros, eletricitistas, empregadas de limpeza, até aos trabalhadores das minas. Estes 500 trabalhadores da ENU tinham diversos tipos de vínculos, desde contratados pelo Estado, assalariados e assalariados por mero ajuste verbal, mas nunca foram considerados e reconhecidos como funcionários públicos. Neste sentido, não viram também reconhecidos os seus direitos, nomeadamente, em relação aos efeitos do trabalho na mina sobre a sua saúde e das respetivas famílias.

No ano de 2003 foi reconhecida a necessidade de fazer um estudo epidemiológico para compreender a maior incidência de cancro na região onde existiam as minas. Ele foi coordenado pelo Instituto Ricardo Jorge – INSA, com a designação “Minas de urânio e seus resíduos. Estudos na saúde da população (MinUrar)” e no qual os trabalhadores mineiros da Urgeiriça foram proibidos de participar, pois isto iria alterar os resultados estudo, uma vez que já estavam contaminados pela radiação. Depois de várias lutas, em 2007 é reconhecida a necessidade de se realizar um estudo próprio só para os mineiros - ainda hoje em execução – para analisar a evolução da saúde dos trabalhadores e das suas famílias. É neste ano que o Estado português reconhece o dever de acompanhá-los, atribuindo-lhes um programa que prevê o acompanhamento de saúde aos trabalhadores e suas famílias. Em 2010 é publicada a Lei n.º 10/2010, de 14 de junho, que estendeu aos trabalhadores das minas da ENU o direito à antecipação da idade de reforma, independentemente do momento do seu vínculo laboral, medida prevista no decreto-lei 195/95, que trata de pensões antecipadas por invalidez aos ex-trabalhadores.

Um abandono humano e ambiental

Após a Guerra Fria, a exploração do urânio começou a perder interesse económico. Houve então necessidade de acelerar o processo de transformação do minério, uma vez que se previa que até 2000 a cotação do urânio iria diminuir. Neste sentido, a exploração passou a ser feita a céu aberto (em vez do método clássico de galerias interiores), tendo como consequência uma maior destruição da paisagem e a criação de lagos a céu aberto com acumulação de metais pesados. Diversos concelhos da zona centro ficaram, assim, cheios destas lagoas.

Após o encerramento de atividade da ENU, em 2000, foram abandonadas 61 minas no país sem qualquer intervenção de reparação, representando um grande perigo para a saúde pública devido à contaminação das águas e dos solos. Os trabalhadores declararam guerra a esta situação, não só em defesa dos seus postos de trabalho, mas também do interesse público, dado o encerramento das minas sem as devidas condições de recuperação ambiental, alertando para o problema das minas de Urânio em Portugal. A dinâmica criada em torno do assunto veio, mais tarde, a gerar a AZU, na reivindicação pelo devido encerramento das minas. Um exemplo gritante deste abandono negligente é a sinalização de minas fechadas que indicam espaços “eventualmente contaminados”, pelo que, deixando a possibilidade de contaminação em aberto, fez com que empreiteiros fossem ao local recolher materiais para utilizar na construção civil.

O passivo ambiental era muito grande, mas também o passivo humano, de pessoas que trabalharam numa empresa totalmente detida pelo Estado Português, mas que nunca viram reconhecidos os seus direitos.

Do silêncio ao protesto, uma realidade em debate público

Para as autarquias, não existia interesse em denunciar estas situações, pois temiam as consequências de admitir a existência destes problemas nos seus municípios. Em questão estava um passivo ambiental de 4 milhões de toneladas de materiais perigosos a 500 metros da população, do comércio local e de estruturas hoteleiras que poderiam assim ver ameaçadas as suas atividades. De igual modo, o silêncio arrastava-se também pelos meios de comunicação social.

Todas as conquistas alcançadas em termos de reconhecimento dos direitos dos ex-trabalhadores e do tratamento dos impactos ambientais das minas fechadas resultam de um trabalho perseverante de 15 anos dos ex-trabalhadores e da população, que têm mobilizado a sua causa de formas diversas e tendo inclusive dado origem à criação de diversas associações de cidadãos. Os trabalhadores têm feito vários protestos e foi feito também um memorando com um estudo empírico sobre as situações e locais de risco, para levar ao parlamento. Em certa ocasião, a propósito da visita da Comissão Europeia a Portugal, foi feito um protesto para assinalar esta situação, denunciando o Estado português como culpado. No centenário da exploração mineira, em 2014, em Portugal, foi feito um fórum onde foram expostas as condições de vida destes trabalhadores.

Hoje em dia, os ex-trabalhadores estão dispersos pelo território, mas o movimento tem demonstrado uma união fundamental à prossecução das suas lutas. Só assim, pela mobilização dos trabalhadores, das suas famílias e da sociedade civil foi possível trazer a questão para o debate público nacional. Em 2014, o lançamento do livro “A vida dos trabalhadores do urânio. Trabalho ruim”, ao retratar as duras condições de vida destes mineiros, suportou o debate público nacional sobre o tema, tendo originado a exposição do

tema em universidades, junto da população em geral e a realização de teses de mestrado sobre o caso.

Uma delegação de 25 trabalhadores das minas foi ouvida pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais no Parlamento Europeu, em fevereiro de 2014, para levar o protesto também à Europa, reivindicando apoio para as questões da saúde e para a recuperação ambiental das minas. Hoje, a questão está assente junto do governo, estando cientificamente provada a relação causa-efeito da exploração mineira e as mortes dos trabalhadores. O assunto está em discussão na Assembleia da República, em Comissão de Trabalho para subir a Plenário para aprovação. Se assim for, são 15 anos de luta reconhecida e de respeito pela dignidade humana destes trabalhadores e das suas famílias.

Referências bibliográficas

Lei n.º 10/2010 de 14 de junho. Diário da República n.º 113/97 – I Série. Assembleia da República. Lisboa.

LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (2014), “Ex-trabalhadores da ENU mantêm intenção protesto início presidência portuguesa EU”. RTP Notícias. Página acedida a 17.06.2014, disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/pais/ex-trabalhadores-da-enu-mantem-intencao-protesto-inicio-presidencia-portuguesa-ue_n46175.

LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (2014), “Antigos mineiros vão hoje ao Parlamento Europeu reclamar indemnizações”. RTP Notícias. Página acedida a 19.02.2014, disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/pais/antigos-mineiros-vao-hoje-ao-parlamento-europeu-reclamar-indemnizacoes_n717911#.